

TRANSPETRO

PETROBRAS TRANSPORTE S.A

Cozinheiro (CZA)

**EDITAL Nº 1 - TRANSPETRO/PSP/MAR-2026.1, DE
14/08/2026**

CÓD: SL-072AG-26
7901183004881

Língua Portuguesa

1. Compreensão de textos de gêneros variados	7
2. Ortografia oficial	10
3. Mecanismos de coesão textual.....	14
4. Emprego das classes de palavras	18
5. Concordância nominal e verbal	27
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	31
7. Sinais de pontuação	33
8. Significação das palavras.....	36

Arquitetura Naval

1. Nomenclatura do navio: Identificação de corpos e partes da embarcação. Dimensões lineares; Estrutura básica da embarcação; Principais compartimentos da embarcação; Aberturas e acessórios.....	49
--	----

Legislação Marítima e Ambiental

1. Aspectos Gerais: Autoridade Marítima; Águas Jurisdicionais Brasileiras.....	55
2. Aspectos gerais da carreira de Aquaviários: Fluxo de carreira; Caderneta de Inscrição e Registro – CIR; Causas de cancelamento e de apreensão da CIR; Tempo de embarque; Rol de equipagem; Atribuições do comandante e competência para aplicar penalidades; Faltas disciplinares; Atribuições dos marítimos; Obrigações de trabalho e previdência social ..	58
3. Legislação Ambiental: Cargas perigosas; Medidas de segurança no manuseio de cargas perigosas; Combate à poluição; Transporte de óleo, substância nociva ou perigosa	61

Conscientização sobre proteção de navio

1. Introdução: Ameaças aos transportes marítimos; Operações portuárias Portos/Navios.....	69
2. Política de proteção marítima: Convenções internacionais, códigos e recomendações; Legislação e regulamentos governamentais relevantes: para os navios; para os portos; Definições e siglas dos principais termos e expressões empregadas em prática marítima; Manuseio de informações sigilosas relacionadas à proteção e comunicações	72
3. Responsabilidades sobre proteção: Os governos contratantes; As organizações de proteção reconhecidas (RSO); A Companhia; Os navios; As instalações portuárias; O oficial de proteção do navio (SSO/OPN); O coordenador de proteção da Companhia (CSO/CPC); O funcionário de proteção de instalações portuárias/supervisor de segurança portuária (PFSO/SSP); Os tripulantes com tarefas relacionadas à proteção; Pessoal das instalações portuárias com funções específicas de proteção.....	76
4. Equipamentos de proteção: Equipamentos 57e sistemas de proteção: Sistema de Alerta de Proteção do Navio (SSAS); Equipamentos de comunicação; Sistema de iluminação; Limitações operacionais de equipamentos e sistemas; Testes, calibração e manutenção dos equipamentos e sistemas.....	79

Conhecimentos Elementares de Primeiros Socorros

1. Princípios gerais: Primeiros socorros; Técnicas de primeiros socorros; Omissão de socorro; Perigos no local do acidente; Medidas imediatas a serem tomadas em situação de emergência. Estruturas e funções do corpo: Sinais vitais em um acidentado: respiração, pulsação e temperatura. Resgate e transporte da vítima: Transporte seguro de um acidentado.	87
--	----

Técnicas de Sobrevivência Pessoal

1. Fundamentos da sobrevivência no mar: Fundamentos da sobrevivência no mar; Tabela mestra	109
2. Equipamentos individuais de salvatagem	111
3. Embarcações de sobrevivência e de salvamento	114
4. Equipamentos de comunicação e sinalização de emergência	117
5. Postos de reunião e de abandono nas embarcações salva-vidas	119
6. Evacuação e abandono por helicóptero e por mar	122

BOAS PRÁTICAS PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

1. Ações de controle sanitário na área de alimentos; requisitos higiênico-sanitários gerais para serviços de alimentação ...	129
2. Controle de qualidade dos alimentos nas etapas de armazenamento, manipulação e preparação	132
3. Higienização de instalações, equipamentos e utensílios	135
4. Manejo dos resíduos	139
5. Técnicas de pré-preparo e preparo para alimentos de origem animal e vegetal	141

Segurança no Trabalho

1. Introdução ao estudo da segurança no trabalho: Segurança do trabalho	149
2. Conceito; Trabalho em compartimentos e espaços confinados	151
3. Ergonomia (NR 17)	154
4. Acidente do trabalho: conceito técnico e legal; causas e consequências dos acidentes; equiparações de acidente do trabalho; Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)	154
5. Riscos ambientais e profissionais: riscos físicos, químicos e biológicos	157
6. Legislação no Brasil sobre saúde e segurança no trabalho: Equipamento de Proteção Individual (EPI) - NR 6	159
7. Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados (NR 33)	160
8. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA) - NR 5	160
9. Segurança e Saúde no trabalho aquaviário - NR 30	160

Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente Aquaviário

1. Poluição: Poluição e seus tipos; Principais agentes poluidores; Precauções a serem observadas na prevenção e atuação dos órgãos responsáveis pela política ambiental; Precauções a serem tomadas para prevenir a poluição do meio ambiente marinho	165
---	-----

Procedimentos de Emergências

1. Segurança a bordo das embarcações: Responsabilidade, organização, administração e a prática da segurança; Riscos profissionais; Manutenção da higiene a bordo	173
2. Treinamentos e exercícios para fainas de emergência: Treinamentos realizados a bordo; Exercícios e fainas de emergência; Contenção e derrame de óleo	176

Relações Interpessoais e Responsabilidades Sociais

1. Relações Humanas: Características da boa comunicação no ambiente de trabalho; Ações preventivas para um bom relacionamento no trabalho; Relacionamento humano a bordo do navio; Reconhecendo e mitigando preconceitos no ambiente de trabalho 185
2. Trabalho em equipe: Cooperação e competição; Competências individuais e desenvolvimento de uma equipe de trabalho; Avaliação de desempenho de pessoas e equipes de trabalho 188
3. Liderança: Conceito; Distinção entre liderança e chefia; A importância do líder na motivação de sua equipe; Valores e competências do líder; Aspectos fundamentais da liderança..... 191

Prevenção e Combate a Incêndio

1. Prontidão para responder a situações de emergência em caso de incêndio: Vigilância e proteção; Meios de transmissão do fogo; Ações a bordo em caso de incêndio; Classificação dos incêndios e utilização dos agentes extintores 199
2. Combate e extinção de incêndios: Instalações fixas de combate a incêndio; Roupas de bombeiro; Proteção pessoal; Máscaras e aparelhos de respiração; Dispositivos e equipamentos de combate a incêndio: sistema fixo e móvel; Métodos de combate a incêndio; Agentes de combate a incêndio, brigadas de incêndio; Procedimentos para combate a incêndio; Aparelhos de respiração autônomos para combate a incêndio e resgates 202

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

ARQUITETURA NAVAL

NOMENCLATURA DO NAVIO: IDENTIFICAÇÃO DE CORPOS E PARTES DA EMBARCAÇÃO. DIMENSÕES LINEARES; ESTRUTURA BÁSICA DA EMBARCAÇÃO; PRINCIPAIS COMPARTIMENTOS DA EMBARCAÇÃO; ABERTURAS E ACESSÓRIOS

A nomenclatura naval estabelece uma linguagem técnica padronizada para identificar posições, partes estruturais e regiões da embarcação. Seu domínio é indispensável para interpretação de desenhos, comunicação entre tripulantes, manutenção, inspeções e operações de bordo.

Proa, popa, boreste e bombordo

A proa corresponde à extremidade dianteira da embarcação, orientada normalmente para o sentido de avanço. A popa é a extremidade posterior. Observando-se o navio da popa para a proa, boreste é o lado direito e bombordo é o lado esquerdo.

Outros termos complementam essa orientação espacial. Vante indica direção ou região em direção à proa, enquanto ré indica direção ou região em direção à popa. Meia-nau corresponde à região aproximadamente central do comprimento da embarcação.

Os principais referenciais podem ser resumidos da seguinte forma:

Termo	Significado
Proa	extremidade dianteira
Popa	extremidade traseira
Boreste	lado direito olhando para a proa
Bombordo	lado esquerdo olhando para a proa
Vante	direção da proa
Ré	direção da popa
Meia-nau	região central do navio

► Casco, carena e regiões externas

O casco é o corpo resistente principal da embarcação. É a estrutura que proporciona forma, resistência e capacidade de flutuação, além de conter diferentes compartimentos internos.

A parte do casco normalmente situada abaixo da superfície da água é tradicionalmente denominada obras vivas. A parte situada acima da linha de flutuação corresponde às obras mortas. A superfície externa submersa do casco pode ser denominada carena.

Linha d'água e flutuação

A linha d'água representa a interseção da superfície da água com o casco para determinada condição de carregamento. Sua posição varia conforme peso, distribuição de cargas, combustíveis, água, lastro e outras condições operacionais.

O costado corresponde às superfícies laterais do casco. O fundo forma sua região inferior, enquanto o convés fecha superiormente determinados espaços internos.

► Partes características da proa e da popa

A configuração das extremidades varia conforme o tipo de navio. Na proa podem existir roda de proa e bulbo. O bulbo de proa, quando presente, é uma projeção submersa destinada principalmente a modificar o escoamento da água e reduzir a resistência hidrodinâmica em determinadas condições.

Na região de popa encontram-se elementos associados à propulsão e ao governo. Dependendo do projeto, podem existir hélice, eixo propulsor, leme e diferentes formas de espelho de popa.

► Convés, superestrutura e amurada

O convés é uma estrutura horizontal que subdivide verticalmente a embarcação ou fecha superiormente determinados espaços. O convés principal possui especial importância estrutural e operacional.

A superestrutura compreende construções acima do convés superior que se estendem lateralmente de forma significativa. Nela podem estar localizados passadiço, alojamentos e outros ambientes.

A amurada corresponde ao prolongamento do costado acima do convés em determinadas regiões, contribuindo para proteção contra embarque de água e segurança da circulação.

Para reconhecimento inicial de uma embarcação, é útil relacionar algumas partes externas às suas funções predominantes:

- **Casco:** suporta esforços e proporciona flutuação.
- **Convés:** fecha ou subdivide horizontalmente a embarcação.
- **Superestrutura:** abriga espaços acima do convés principal.
- **Costado:** forma as superfícies laterais externas do casco.
- **Carena:** corresponde à superfície externa submersa do casco.

DIMENSÕES LINEARES E PARÂMETROS GEOMÉTRICOS DA EMBARCAÇÃO

► Importância das dimensões principais

As dimensões principais descrevem geometricamente o navio e influenciam capacidade de carga, estabilidade, resistência ao avanço, manobrabilidade e possibilidade de utilização de portos, canais, diques e terminais.

Não existe apenas uma medida de comprimento ou largura. A arquitetura naval utiliza referências diferentes conforme a finalidade técnica.

► Comprimentos da embarcação

Comprimento total

O comprimento total corresponde à maior distância longitudinal entre os pontos extremos da embarcação. É particularmente importante para atracação, docagem e verificação de espaço disponível.

O comprimento entre perpendiculares utiliza como limites referências geométricas convencionais denominadas perpendicular de vante e perpendicular de ré. É empregado em diversos cálculos de arquitetura naval.

O comprimento na linha d'água corresponde ao comprimento medido ao longo de determinada linha de flutuação. Como depende da condição de carregamento e da geometria do casco, pode diferir do comprimento total.

► Boca, pontal e calado

A boca corresponde à largura da embarcação. A boca máxima representa sua maior largura externa, enquanto a boca moldada utiliza referências estruturais convencionais.

O pontal é uma dimensão vertical associada à distância entre referências do fundo e do convés. Não deve ser confundido com calado.

O calado representa a distância vertical entre a linha d'água e uma referência inferior do casco. É fundamental para determinar se o navio pode navegar com segurança em águas de determinada profundidade.

As principais dimensões podem ser comparadas:

Dimensão	Direção predominante	Aplicação
Comprimento	longitudinal	porte geométrico e desempenho
Boca	transversal	largura e estabilidade
Pontal	vertical	altura estrutural do casco
Calado	vertical submersa	profundidade necessária à navegação
Francobordo	vertical acima da água	reserva de segurança e flutuabilidade

Calado a vante e a ré

O calado pode ser medido junto à proa e à popa. Quando os valores são diferentes, existe uma inclinação longitudinal denominada trim.

Se o calado a ré for maior que o calado a vante, a embarcação encontra-se mais imersa pela popa. Se ocorrer o contrário, encontra-se mais imersa pela proa.

O calado médio pode ser obtido, em situações simplificadas, pela média entre os calados de vante e de ré.

► Francobordo e reserva de flutuabilidade

O francobordo é a distância vertical entre determinada linha de flutuação e uma referência de convés. Quanto maior a porção estante do casco acima da água, maior é a reserva de volume disponível para enfrentar carregamentos adicionais, ondas e outras variações dentro dos limites de projeto.

► Banda e inclinação transversal

A banda representa inclinação transversal da embarcação para boreste ou bombordo. Pode resultar de distribuição assimétrica de pesos, ação do vento, movimentação de cargas ou outros fatores.

Banda e trim devem ser diferenciados:

- **Banda:** inclinação transversal.
- **Trim:** diferença de imersão entre proa e popa.
- **Calado:** profundidade de imersão do casco.

► Deslocamento, porte e arqueação

O deslocamento corresponde ao peso da embarcação, que em equilíbrio de flutuação é igual ao peso da água deslocada. Já o porte está relacionado à capacidade de transportar pesos, enquanto a arqueação constitui uma medida convencional associada ao volume interno e não deve ser confundida diretamente com peso.

LEGISLAÇÃO MARÍTIMA E AMBIENTAL

ASPECTOS GERAIS: AUTORIDADE MARÍTIMA; ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

AUTORIDADE MARÍTIMA: FUNDAMENTO INSTITUCIONAL E ÂMBITO DE ATUAÇÃO

► Posição da Autoridade Marítima no sistema jurídico-administrativo brasileiro

A Autoridade Marítima constitui a função estatal responsável por disciplinar, coordenar e fiscalizar matérias relacionadas à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no meio aquaviário, ao ordenamento do tráfego e à prevenção da poluição causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. No Brasil, o Comandante da Marinha é designado Autoridade Marítima para o trato das atribuições subsidiárias específicas da Marinha relacionadas ao uso do mar e das águas interiores. Essa designação não transforma toda atividade marítima em matéria militar; ela estabelece uma competência administrativa especializada, exercida dentro dos limites definidos pelo ordenamento jurídico.

A atuação da Autoridade Marítima relaciona-se diretamente com a segurança do tráfego aquaviário. Esse campo compreende tanto o mar aberto quanto as hidrovias interiores e alcança embarcações nacionais, tripulantes, profissionais não tripulantes e passageiros, além de embarcações estrangeiras quando submetidas à jurisdição brasileira. O exercício da autoridade envolve funções normativas, técnicas, fiscalizatórias e administrativas, que se materializam por meio de normas de segurança, inspeções, vistorias, controle documental e medidas destinadas a assegurar condições adequadas de navegação.

Competência e descentralização funcional

Embora a condição de Autoridade Marítima recaia sobre o Comandante da Marinha, a execução cotidiana das atribuições ocorre por intermédio da estrutura administrativa da Marinha, especialmente dos órgãos encarregados da segurança do tráfego aquaviário e das organizações subordinadas que atuam regional e localmente. Essa distribuição funcional permite que a atividade regulatória e fiscalizatória alcance portos, terminais, fundeadouros, marinas, rios, lagos, áreas costeiras e demais espaços em que exista navegação sujeita ao controle brasileiro.

A descentralização não significa fragmentação da autoridade. As competências exercidas pelos diferentes órgãos permanecem vinculadas à mesma finalidade institucional e devem observar as normas técnicas e administrativas expedidas no âmbito da Autoridade Marítima. A estrutura administrativa permite adaptar a fiscalização às características de cada área de navegação, considerando condições hidrográficas, intensidade do tráfego, riscos operacionais, tipos de embarcação e peculiaridades portuárias.

► Atribuições relacionadas à navegação e ao meio ambiente

O conjunto de atribuições da Autoridade Marítima inclui a elaboração de normas sobre habilitação e cadastro de aquaviários e amadores, tráfego e permanência de embarcações, entrada e saída de portos e fundeadouros, inspeções navais, vistorias, arqueação, borda livre, lotação, identificação, classificação e inscrição de embarcações. Também alcança aspectos do ordenamento do espaço aquaviário quando obras, dragagens ou outras intervenções possam repercutir sobre a segurança da navegação.

A prevenção da poluição ambiental integra expressamente a finalidade da atuação marítima. Embarcações e plataformas podem representar fontes relevantes de risco ambiental em razão de óleo, combustíveis, cargas perigosas, resíduos, águas contaminadas ou acidentes operacionais. A competência da Autoridade Marítima nesse domínio concentra-se nas atividades vinculadas à navegação e às unidades flutuantes ou marítimas sob sua esfera de fiscalização, sem afastar as competências ambientais atribuídas a outros órgãos públicos.

Coordenação com outras autoridades públicas

A gestão do espaço marítimo exige atuação coordenada entre diferentes instituições. A Autoridade Marítima não substitui órgãos ambientais, aduaneiros, sanitários, policiais, portuários ou de imigração. Cada instituição atua segundo competência própria, podendo haver sobreposição territorial sem identidade de função jurídica. A mesma área marítima pode estar simultaneamente sujeita a regras de segurança da navegação, proteção ambiental, controle aduaneiro, fiscalização sanitária e proteção de recursos naturais.

Essa coexistência de competências torna essencial distinguir jurisdição territorial de competência material. A existência de poder de fiscalização em determinada área não significa que uma única autoridade possua atribuição exclusiva sobre todos os fatos nela ocorridos. O modelo brasileiro distribui responsabilidades conforme a matéria regulada, permitindo atuação integrada quando um mesmo evento produz efeitos em mais de um domínio administrativo.

SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO E PODER DE POLÍCIA MARÍTIMA

► Regulação preventiva da navegação

A segurança do tráfego aquaviário depende de um sistema preventivo capaz de reduzir riscos antes que ocorram acidentes. A Autoridade Marítima estabelece requisitos técnicos e operacionais destinados a garantir que embarcações, tripulações e atividades de navegação mantenham condições compatíveis com a segurança da vida humana, a proteção do patrimônio e a preservação ambiental. Essa atuação preventiva envolve controle da qualificação profissional, condições de navegabilidade, equipamentos de segurança, lotação, documentação e adequação da embarcação ao serviço ou à área em que opera.

A vistoria possui função técnico-administrativa e verifica o atendimento a requisitos nacionais e internacionais relacionados, entre outros aspectos, à segurança, habitabilidade e prevenção da poluição. A inspeção naval, por sua vez, integra a fiscalização do cumprimento das normas aplicáveis ao tráfego aquaviário. A distinção entre esses instrumentos é relevante porque a vistoria examina tecnicamente determinadas condições da embarcação ou plataforma, enquanto a inspeção naval está associada à verificação do cumprimento das regras de segurança durante a atividade marítima ou aquaviária.

Controle de pessoas, embarcações e operações

A segurança da navegação não depende apenas das características físicas da embarcação. A formação e habilitação das pessoas que exercem funções a bordo são elementos essenciais do sistema. Por essa razão, a Autoridade Marítima disciplina o cadastro e a habilitação de aquaviários e amadores, bem como requisitos relacionados à composição das tripulações. O objetivo é assegurar que as funções operacionais sejam desempenhadas por pessoas tecnicamente aptas e em número compatível com a operação segura.

O controle também alcança o tráfego e a permanência de embarcações nas águas sob jurisdição nacional. Entrada e saída de portos, utilização de fundeadouros, circulação em áreas com restrições e operação em zonas de risco podem ser submetidas a regras específicas. A intensidade do controle varia conforme a natureza da navegação, as características da área, o porte da embarcação e os riscos existentes.

► Poder de polícia administrativa e medidas de fiscalização

A Autoridade Marítima exerce poder de polícia administrativa quando condiciona ou restringe atividades privadas para proteger interesses públicos relacionados à segurança da navegação e à proteção ambiental. Esse poder não é ilimitado: deve possuir fundamento normativo, finalidade pública e proporcionalidade entre a medida adotada e o risco que se pretende controlar.

A fiscalização pode resultar na identificação de irregularidades documentais, técnicas ou operacionais. Dependendo da natureza da infração e do risco envolvido, podem ser adotadas medidas administrativas previstas no regime jurídico aplicável. O objetivo central não é apenas sancionatório. Muitas providências possuem caráter preventivo e visam impedir que uma embarcação sem condições adequadas continue operando ou que determinada atividade produza situação de perigo.

Prevenção da poluição por embarcações e plataformas

A dimensão ambiental está integrada à segurança aquaviária. Acidentes de navegação podem produzir derramamento de óleo, liberação de substâncias nocivas e outros efeitos sobre ecossistemas costeiros, marinhos e fluviais. Da mesma forma, práticas operacionais inadequadas podem gerar poluição mesmo sem acidente.

A Autoridade Marítima atua sobre os aspectos de prevenção da poluição vinculados a embarcações, plataformas e instalações de apoio submetidas ao seu controle. Essa atuação envolve requisitos técnicos, procedimentos operacionais e fiscalização. A ocorrência de dano ambiental pode, simultaneamente, atrair a competência de órgãos ambientais e de outras autoridades públicas. Não existe contradição nessa atuação paralela, pois cada órgão examina o fato conforme a competência que a legislação lhe atribui.

A proteção ambiental no meio aquaviário, assim, combina prevenção técnica, fiscalização administrativa e coordenação institucional. A eficiência do sistema depende da integração entre segurança da navegação e gestão ambiental, já que muitos riscos marítimos possuem consequências humanas, patrimoniais e ecológicas ao mesmo tempo.

ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS: CONCEITO E ESPAÇOS MARÍTIMOS

► Sentido jurídico de Águas Jurisdicionais Brasileiras

A expressão Águas Jurisdicionais Brasileiras, frequentemente identificada pela sigla AJB, designa as águas interiores e os espaços marítimos nos quais o Brasil exerce algum grau de jurisdição sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho. O conceito é funcional: indica os espaços em que o Estado brasileiro possui competências jurídicas de controle e fiscalização, respeitados os limites estabelecidos pelo direito nacional e internacional.

As AJB não correspondem a uma faixa marítima uniforme sujeita ao mesmo tipo de poder estatal. Dentro desse conjunto existem espaços submetidos a regimes jurídicos diferentes. Em determinadas áreas, o Brasil exerce soberania; em outras, exerce direitos de soberania ou competências específicas de fiscalização. Essa diferença é indispensável para compreender o alcance dos poderes estatais no mar.

No âmbito marítimo, o conceito de AJB compreende a faixa de até duzentas milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida, quando existente, das águas sobrejacentes à extensão da plataforma continental além das duzentas milhas, para os fins definidos no regime aplicável. A presença dessas águas no conceito administrativo de AJB não elimina as diferenças jurídicas entre a coluna d'água, o leito e o subsolo.

► Mar territorial e zona contígua

O mar territorial brasileiro possui largura de doze milhas marítimas, medidas a partir das linhas de base legalmente estabelecidas. Nesse espaço, a soberania do Brasil alcança a massa de água, o espaço aéreo sobrejacente, o leito e o subsolo. Trata-se do regime de poder estatal mais intenso entre os espaços marítimos situados além das águas interiores.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE NAVIO

INTRODUÇÃO: AMEAÇAS AOS TRANSPORTES MARÍTIMOS; OPERAÇÕES PORTUÁRIAS PORTOS/NAVIOS

A proteção marítima compreende o conjunto de medidas destinadas a prevenir, detectar e responder a atos intencionais capazes de ameaçar navios, instalações portuárias, pessoas, cargas, provisões e operações. Seu propósito é reduzir oportunidades para a ocorrência de incidentes e estabelecer condições para uma resposta organizada quando determinada ameaça se manifesta.

É importante diferenciar proteção de segurança operacional. A proteção está associada principalmente a atos deliberados, como acesso não autorizado, sabotagem, terrorismo, contrabando ou interferência intencional. A segurança operacional, por sua vez, concentra-se na prevenção de acidentes, falhas técnicas, incêndios acidentais, colisões e outros eventos não intencionais.

Dimensão	Foco predominante	Exemplo
Proteção marítima	atos intencionais	acesso clandestino ou sabotagem
Segurança operacional	acidentes e falhas	queda, colisão ou falha de equipamento
Segurança ocupacional	proteção do trabalhador	prevenção de acidentes de trabalho

► Importância estratégica do sistema marítimo-portuário

Navios e portos são componentes de uma cadeia logística integrada. A interrupção de uma operação marítima pode afetar fornecimento de mercadorias, abastecimento industrial, cadeias produtivas e circulação internacional de bens. Por isso, a proteção não se limita ao navio isoladamente: envolve também terminais, áreas de fundeio, acessos terrestres, pátios, armazéns e sistemas de informação.

Interface navio–porto

A interface navio–porto corresponde ao período e às atividades em que navio e instalação portuária interagem diretamente. Durante essa interação ocorrem circulação de pessoas, movimentação de cargas, abastecimento, entrega de provisões, manutenção e troca de informações.

Essa concentração de atividades amplia a necessidade de coordenação. A proteção depende da compatibilidade entre as medidas adotadas a bordo e aquelas mantidas pela instalação portuária.

► Responsabilidade compartilhada

A proteção não é responsabilidade exclusiva do pessoal especializado. Tripulantes, trabalhadores portuários, operadores, prestadores de serviço e demais pessoas autorizadas precisam respeitar procedimentos e comunicar condições anormais.

Algumas atitudes constituem a base da cultura de proteção:

- Manter atenção ao ambiente e reconhecer mudanças incomuns.
- Respeitar áreas restritas e controles de acesso.
- Não emprestar credenciais ou permitir entrada por conveniência.
- Comunicar imediatamente situações suspeitas pelos canais definidos.
- Preservar informações sensíveis sobre rotinas e medidas de proteção.

► Risco, ameaça e vulnerabilidade

Uma ameaça representa a possibilidade de ocorrência de ação capaz de produzir dano. A vulnerabilidade corresponde a uma fragilidade que pode ser explorada. O risco resulta da combinação entre possibilidade de ocorrência, vulnerabilidades existentes e consequências potenciais.

Uma porta permanentemente aberta, por exemplo, pode representar vulnerabilidade. A tentativa de ingresso de pessoa não autorizada constitui uma ameaça. A possibilidade de essa combinação gerar acesso a uma área crítica compõe o risco de proteção.

A conscientização busca justamente impedir que vulnerabilidades aparentemente simples criem oportunidades para incidentes mais graves.

AMEAÇAS AOS TRANSPORTES MARÍTIMOS E VULNERABILIDADES DO AMBIENTE PORTUÁRIO

► Natureza das ameaças marítimas

As ameaças aos transportes marítimos podem ter diferentes objetivos e origens. Algumas buscam vantagem econômica, como furto, roubo ou contrabando; outras podem ter finalidade de sabotagem, violência ou interferência deliberada nas operações.

O trabalhador não precisa investigar por conta própria uma ameaça. Sua responsabilidade principal é reconhecer sinais anormais, proteger-se e comunicar o fato ao pessoal responsável.

► Acesso não autorizado e clandestinos

O controle de acesso é uma das principais barreiras preventivas. Pessoas sem autorização podem tentar ingressar utilizando documentos inválidos, credenciais de terceiros, justificativas falsas ou aproveitando momentos de grande movimentação.

A presença de clandestinos também representa risco para a proteção e para a própria vida das pessoas envolvidas. Navios, contêineres, áreas de carga e espaços de difícil supervisão podem exigir inspeções conforme os procedimentos estabelecidos.

► **Contrabando e tráfico ilícito**

A infraestrutura marítima pode ser utilizada indevidamente para transportar drogas, armas, mercadorias ilícitas ou outros materiais proibidos. Contêineres, cargas, veículos, provisões e áreas de armazenamento podem ser alvos de tentativa de manipulação.

Por isso, alterações em lacres, embalagens, documentos ou condições de carga precisam ser tratadas como desvios que exigem verificação.

Indicadores que merecem atenção

Determinados sinais podem justificar comunicação aos responsáveis:

- Lacres rompidos, substituídos ou incompatíveis com a documentação.
- Volumes abandonados ou sem identificação.
- Pessoa tentando evitar pontos formais de controle.
- Veículo presente em área incompatível com sua autorização.
- Comportamento voltado a obter informações restritas sem justificativa operacional.

Esses sinais não comprovam a existência de crime. São indicadores que precisam ser tratados pelos procedimentos adequados, sem acusações precipitadas.

► **Sabotagem, terrorismo e objetos suspeitos**

Sabotagem consiste na interferência intencional destinada a danificar equipamentos, sistemas, infraestrutura ou operações. Um ato terrorista pode utilizar violência ou ameaça para produzir consequências humanas, econômicas ou sociais de grande impacto.

Objetos ou volumes suspeitos não devem ser manipulados por pessoas não designadas. A prioridade é preservar distância segura, impedir aproximações indevidas e comunicar a situação.

► **Pirataria e roubo armado**

Pirataria e roubo armado contra navios constituem ameaças específicas ao transporte marítimo. A prevenção envolve planejamento, vigilância, medidas de proteção compatíveis com a região e execução dos procedimentos estabelecidos pela companhia e pelas autoridades competentes.

► **Ameaças internas e engenharia social**

Uma ameaça pode também envolver alguém que possui acesso legítimo. O conhecimento das rotinas internas pode ser utilizado indevidamente para facilitar violações.

A engenharia social procura obter informações ou acesso por meio de manipulação de pessoas. Pedidos incomuns de senhas, documentos, escalas, rotinas ou detalhes sobre controles devem ser tratados com cautela.

► **Ameaças cibernéticas**

Navios e instalações utilizam sistemas digitais para navegação, comunicação, gestão de cargas e administração. Incidentes cibernéticos podem comprometer disponibilidade, integridade ou confidencialidade dessas informações.

Ameaça	Vulnerabilidade possível	Consequência
acesso indevido	controle deficiente	ingresso em área restrita
contrabando	falha na integridade da carga	transporte ilícito
sabotagem	área crítica sem vigilância	interrupção operacional
fraude de credencial	validação inadequada	acesso não autorizado
ataque cibernético	credenciais frágeis	indisponibilidade ou manipulação de sistemas

OPERAÇÕES PORTUÁRIAS E INTERAÇÃO ENTRE PORTOS, TERMINAIS E NAVIOS

► **Porto como elo operacional e logístico**

Uma operação portuária reúne navios, instalações, equipamentos, cargas, veículos e trabalhadores em um ambiente de intensa circulação. Durante atracação, carregamento, descarga, abastecimento e prestação de serviços, diversas pessoas precisam acessar áreas normalmente controladas.

Esse dinamismo exige que as medidas de proteção sejam incorporadas ao fluxo normal de trabalho, evitando que a pressão por rapidez leve à flexibilização indevida dos controles.

► **Chegada e atracação do navio**

Antes e durante a chegada, são coordenadas atividades relacionadas ao acesso ao terminal, posicionamento da embarcação, praticagem quando aplicável, rebocadores e amarração.

Após a atracação, a conexão física entre navio e instalação cria uma interface que precisa ser protegida. O portaló passa a ser ponto particularmente importante porque concentra entrada e saída de pessoas.

Controle de pessoas

O acesso deve ocorrer conforme autorização e procedimentos estabelecidos. Tripulantes, visitantes, prestadores de serviços e autoridades podem possuir formas distintas de identificação e acesso.

O controle eficaz procura responder a três perguntas fundamentais:

- Quem é a pessoa que solicita acesso?
- Ela possui autorização para ingressar?
- Ela pode acessar todas as áreas ou somente determinadas zonas?

CONHECIMENTOS ELEMENTARES DE PRIMEIROS SOCORROS

PRINCÍPIOS GERAIS: PRIMEIROS SOCORROS; TÉCNICAS DE PRIMEIROS SOCORROS; OMISSÃO DE SOCORRO; PERIGOS NO LOCAL DO ACIDENTE; MEDIDAS IMEDIATAS A SEREM TOMADAS EM SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA. ESTRUTURAS E FUNÇÕES DO CORPO: SINAIS VITAIS EM UM ACIDENTADO: RESPIRAÇÃO, PULSAÇÃO E TEMPERATURA. RESGATE E TRANSPORTE DA VÍTIMA: TRANSPORTE SEGURO DE UM ACIDENTADO

¹Alguns conceitos são importantes para compreensão do assunto:

- Primeiros Socorros são as avaliações e intervenções iniciais para uma doença ou lesão aguda, que podem ser iniciadas por qualquer pessoa, inclusive ela própria. Seu objetivo é preservar a vida, aliviar o sofrimento, prevenir progressão de novas patologias e promover a recuperação.

- Socorrismo é definido como sendo a utilização de um conjunto de técnicas e saberes em benefício do indivíduo e da comunidade.

► Finalidade dos Primeiros Socorros

- Preservar a vida.
- Restringir os efeitos da lesão.
- Promover a recuperação da vítima.

► Diferença entre urgência e emergência

- **Urgência:** é necessário ser feito com rapidez. O agravo à saúde não apresenta risco de vida evidente. O atendimento pode aguardar até 24 horas.
- **Emergência:** é inesperada e requer ação rápida. O atendimento precisa ser imediato.

ASPECTOS LEGAIS DO SOCORRISMO

OMISSÃO DE SOCORRO (ART. 135 DO CÓDIGO PENAL.)

Todo cidadão é obrigado a prestar auxílio a quem esteja necessitando, tendo três formas para fazê-lo: atender, auxiliar quem esteja atendendo ou solicitar auxílio.

Exceções da lei (em relação a atender e/ou auxiliar): menores de 16 anos, maiores de 65, gestantes a partir do terceiro mês, deficientes visuais, mentais e físicos (incapacitados).

Art. 135 - *Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparado ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.*

Pena: Detenção de 01 (um) a 6 (seis) meses ou multa.

Parágrafo único: *A pena é aumentada de metade, se a omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplica, se resulta em morte.*

Em resumo: O artigo 135 do Código Penal Brasileiro é bem claro, onde ele afirma que deixar de prestar socorro à vítima de acidentes ou pessoas em perigo iminente, podendo fazê-lo é crime.

ETAPAS BÁSICAS DO SOCORRISMO

► Avaliação do Local do Acidente

Esta é a primeira etapa básica na prestação de primeiros socorros. Ao chegar no local de um acidente, ou onde se encontra um acidentado, deve-se assumir o controle da situação e proceder a uma rápida e segura avaliação da ocorrência.

► Proteção do Acidentado

- Analise o ambiente em que se encontra a vítima, a fim de minimizar os riscos tanto para o acidentado como para o socorrista (fios elétricos, animais, tráfego, entre outros);
- Caso necessite parar ou desviar o trânsito, procure pessoas capazes de fazê-lo;
- Se necessário, remova a vítima para um local adequado;
- Atue sempre com o intuito de acalmar a pessoa, e sem movimentá-la com gestos bruscos;

- Converse com a vítima, pois, se ela responder, significa que não existe problema respiratório grave. Caso ela não consiga se comunicar adequadamente, verifique se está respirando. Em caso negativo, você deve agir rápido: proteja a sua mão, abra a boca da vítima e verifique se há algo atrapalhando a respiração, como prótese dentária ou vômito; remova imediatamente. Se necessário, faça a respiração boca a boca e a reanimação cardiopulmonar (RCP);
- Se a vítima estiver vomitando, coloque-a na posição lateral de segurança (com a cabeça voltada para o lado, a fim de evitar engasgos).

► **Dez mandamentos do socorrista**

- 1. Manter a calma.
- **2. Ter em mente a seguinte ordem quando prestar socorro:** eu (o socorrista) — minha equipe — vítima.
- 3. Checar se há riscos no local de socorro.
- 4. Conservar o bom senso.
- 5. Manter o espírito de liderança.
- 6. Distribuir tarefas.
- 7. Evitar atitudes impensadas.
- 8. Havendo muitas vítimas, dar preferência àquelas com maior risco de vida (sofrendo de parada cardiorrespiratória ou sangramento excessivo, por exemplo).
- 9. Agir como socorrista, não como herói.
- 10. Pedir auxílio, especialmente do Corpo de Bombeiros local.

► **Compreenda a situação**

- Mantenha a calma;
- Procure o auxílio de outras pessoas, caso seja necessário, e peça que chamem um médico;
- Ligue para emergência em sua cidade;
- Mantenha os curiosos à distância, pois assim o socorrista terá espaço suficiente para trabalhar;
- Faça o exame primário para a avaliação completa do estado da vítima. Mas atenção: o exame secundário, que visa descobrir quais foram as lesões sofridas, só pode ser feito se a vítima se encontrar em condições estáveis.

AVALIAÇÃO DOS SINAIS VITAIS

Os sinais vitais são funções orgânicas básicas, sinais clínicos de vida que refletem o equilíbrio ou o desequilíbrio resultante das interações entre os sistemas do organismo e uma determinada doença.

► **Pulso**

- Coloque a extremidade de dois dedos sobre a artéria carotídea, pressionando suavemente;
- Avalie o volume do pulso como forte (cheio) ou fraco (filiforme);
- **Avalie o ritmo cardíaco:** regular ou irregular;
- **Avalie a Frequência Cardíaca:** conte o número de batimentos em 30 segundos e multiplique por 2.

A Frequência Cardíaca normal de um adulto em repouso situa-se na faixa de 60 a 100 batimentos por minuto, sendo geralmente mais baixa em um atleta bem condicionado.

Idade	Batimentos/minuto
Bebês	100-170
Crianças de 2 a 10 anos	70-120
Crianças > 10 anos e adultos	60-100

O pulso radial pode ser sentido na parte da frente do punho. Usar as pontas de 2 a 3 dedos levemente sobre o pulso da pessoa do lado correspondente ao polegar.



TÉCNICAS DE SOBREVIVÊNCIA PESSOAL

FUNDAMENTOS DA SOBREVIVÊNCIA NO MAR: FUNDAMENTOS DA SOBREVIVÊNCIA NO MAR; TABELA MESTRA

FUNDAMENTOS DA SOBREVIVÊNCIA NO MAR E PRIORIDADES IMEDIATAS APÓS A EMERGÊNCIA

► Princípios gerais da sobrevivência no ambiente marítimo

A sobrevivência no mar depende da capacidade de preservar a vida em um ambiente marcado por instabilidade, exposição, limitação de recursos e dificuldade de localização. Após uma situação de abandono, naufrágio ou queda ao mar, a prioridade deixa de ser a operação normal da embarcação e passa a ser a manutenção das condições essenciais à vida. Isso exige controle emocional, organização do grupo, proteção contra os efeitos do ambiente, racionalização de recursos e uso adequado dos meios de salvação disponíveis.

O primeiro fundamento é compreender que a sobrevivência resulta de uma sequência coordenada de decisões. A pessoa ou o grupo precisa afastar-se dos perigos imediatos, estabilizar a situação, identificar os recursos disponíveis, reduzir perdas de energia e aumentar a possibilidade de resgate. Agir de forma desordenada pode aumentar exposição, consumo de água, fadiga e risco de separação.

A ameaça inicial pode variar conforme o tipo de sinistro. Incêndio, explosão, derramamento de combustível, adernamento, afundamento e presença de destroços exigem respostas diferentes. Apesar dessa diversidade, alguns princípios permanecem constantes: manter a flutuação, preservar vias aéreas, reduzir exposição, permanecer junto dos meios de salvação e facilitar a localização.

Controle psicológico e organização

O medo e a desorientação podem comprometer tarefas simples. Em uma emergência, informações incompletas, ruído, escuridão, frio e movimento do mar dificultam a percepção do risco. O controle psicológico não significa ausência de temor, mas capacidade de agir de forma funcional apesar dele.

A organização do grupo reduz conflitos e evita desperdício de recursos. A definição de responsabilidades permite distribuir vigilância, cuidados com feridos, controle de equipamentos, sinalização e observação das condições meteorológicas. Pessoas debilitadas devem receber atenção compatível com seu estado, sem comprometer a estabilidade e a segurança coletiva.

► Prioridades de sobrevivência

As prioridades devem ser estabelecidas de acordo com as ameaças mais imediatas. Não existe uma única sequência rígida aplicável a todos os cenários, mas a lógica geral exige que perigos capazes de causar morte imediata sejam enfrentados antes de problemas de evolução mais lenta.

Algumas prioridades fundamentais podem ser organizadas da seguinte forma:

- Preservar a flutuação e impedir afogamento imediato.
- Afastar-se de incêndio, combustível, destroços, sucção ou outras ameaças associadas ao sinistro.
- Buscar abrigo em embarcação de sobrevivência sempre que disponível.
- Controlar hemorragias, traumas e outras condições que possam agravar-se rapidamente.
- Reduzir a perda de calor e a exposição ao vento, à água e ao sol.
- Organizar os sobreviventes e os recursos disponíveis.
- Aumentar as possibilidades de localização por meios de sinalização.

A sobrevivência depende da conservação de energia. Nadar sem necessidade, gritar continuamente ou realizar esforços físicos intensos pode acelerar exaustão e aumentar a produção de calor seguida de perda térmica. O esforço deve ser reservado para ações com benefício claro.

PROTEÇÃO CONTRA EXPOSIÇÃO, DESIDRATAÇÃO, FOME E OUTROS RISCOS FISIOLÓGICOS

► Exposição e perda de calor corporal

A exposição ao ambiente marítimo representa um dos principais fatores de deterioração das condições físicas. Água fria, vento, chuva e roupas molhadas favorecem perda de calor. Mesmo quando a temperatura ambiente não parece extremamente baixa, a permanência prolongada pode comprometer a capacidade de movimento e julgamento.

A proteção térmica deve começar imediatamente. Em embarcações de sobrevivência, deve-se reduzir a entrada de água, utilizar coberturas disponíveis e limitar a exposição direta ao vento. Roupas não devem ser removidas sem necessidade, porque podem contribuir para diminuir a circulação de água junto à pele.

Hipotermia e redução de capacidade funcional

A perda progressiva de calor pode provocar tremores, dificuldade de coordenação, lentidão mental, sonolência e redução da consciência. Esses sinais exigem intervenção do grupo, com proteção contra vento, contato com superfícies frias e manutenção do indivíduo em posição segura.

Movimentos desnecessários devem ser evitados. Quando a pessoa está na água, a posição corporal deve procurar reduzir a área exposta e preservar regiões de maior perda térmica. Quando várias pessoas estão juntas, a proximidade pode contribuir para retenção de calor e facilitar vigilância mútua.

► Água, alimentação e conservação de recursos

A desidratação pode tornar-se problema grave em permanências prolongadas. O organismo perde água pela respiração, transpiração e eliminação natural. Calor, exposição solar, vômitos, esforço e ansiedade podem acelerar essa perda.

A água disponível deve ser controlada de forma disciplinada. A distribuição precisa considerar quantidade total, número de sobreviventes, condições ambientais e expectativa de resgate. O consumo desordenado pode comprometer todo o grupo.

Riscos do consumo inadequado

A água do mar não deve ser utilizada para suprir a necessidade de hidratação, pois sua elevada concentração de sais aumenta a carga sobre o organismo e pode agravar a desidratação. O consumo de líquidos inadequados também pode produzir efeitos nocivos.

A alimentação tem importância, mas em muitos cenários a necessidade de água é mais urgente. O uso de alimentos deve ser planejado para evitar consumo excessivo e para compatibilizar a ingestão com a disponibilidade de água.

Os cuidados essenciais com recursos incluem:

- Proteger os recipientes de água contra perda, contaminação e derramamento.
- Evitar consumo impulsivo motivado por ansiedade.
- Distribuir recursos de maneira organizada e controlada.
- Reduzir exposição solar e esforço para diminuir perdas hídricas.
- Evitar substâncias que possam aumentar desidratação ou comprometer o estado físico.

O controle de recursos deve estar subordinado às condições reais. A presença de chuva, possibilidade de coleta de água, número de pessoas e tempo estimado de espera podem alterar a estratégia de distribuição.

SINALIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO, PERMANÊNCIA EM GRUPO E CONDUTA DURANTE O RESGATE

► Importância da localização dos sobreviventes

A sobrevivência não depende apenas de resistir fisicamente; é necessário também ser encontrado. No mar, uma pessoa ou pequena embarcação pode ser difícil de localizar em razão da distância, altura das ondas, iluminação e movimento relativo entre observadores.

Aumentar a visibilidade é uma tarefa contínua. Meios visuais, sonoros e luminosos devem ser preservados para momentos em que possam produzir maior efeito. Sinais lançados sem possibilidade de detecção podem esgotar recursos sem contribuir para o resgate.

Observação contínua

A vigilância deve ser distribuída entre pessoas em condições adequadas. Observar o horizonte, o céu e as proximidades permite identificar navios, aeronaves, luzes ou outros sinais de aproximação. A função de vigia também auxilia na detecção de mudanças meteorológicas e perigos próximos.

Quando houver possibilidade de contato visual com unidades de busca, a sinalização deve ser intensificada. Movimentos, materiais refletivos, luzes e dispositivos sonoros podem contribuir para a localização.

► Manutenção do grupo e prevenção da dispersão

Permanecer agrupado facilita controle, apoio mútuo e identificação pelas equipes de resgate. Embarcações de sobrevivência próximas podem constituir uma área visual maior do que unidades isoladas.

A separação deve ser evitada quando não houver motivo operacional. Corrente, vento e ondas podem dispersar rapidamente pessoas e balsas. Linhas de união, reboque ou outras formas de conexão podem ser empregadas quando disponíveis e seguras.

Conduta diante da aproximação do resgate

Quando uma embarcação ou aeronave se aproxima, os sobreviventes devem evitar ações que prejudiquem a operação. Movimentos desordenados, concentração súbita de pessoas em um bordo ou tentativa de aproximação sem orientação podem gerar acidentes.

As ações prioritárias podem ser organizadas da seguinte forma:

- Manter sinalização visível enquanto houver necessidade de confirmar a posição.
- Seguir instruções transmitidas pela equipe de resgate.
- Evitar deslocamentos bruscos que comprometam a estabilidade.
- Auxiliar pessoas debilitadas durante a transferência.
- Preservar a ordem de embarque ou içamento definida pelos responsáveis pelo resgate.

O resgate pode exigir espera adicional mesmo após a localização. Condições de mar, vento, limitações da aeronave ou aproximação da embarcação podem retardar a retirada. A organização deve ser mantida até que todos estejam efetivamente em segurança.

BOAS PRÁTICAS PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

AÇÕES DE CONTROLE SANITÁRIO NA ÁREA DE ALIMENTOS; REQUISITOS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS GERAIS PARA SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

FUNDAMENTOS REGULATÓRIOS DO CONTROLE SANITÁRIO EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

► Arcabouço legal e normativo aplicável

O controle sanitário na área de alimentos é disciplinado por um conjunto articulado de normas federais, estaduais e municipais que estabelecem parâmetros mínimos para funcionamento seguro de restaurantes, lanchonetes, cozinhas industriais, padarias e demais serviços de alimentação. Essas normas definem exigências relacionadas a estrutura física, higiene de manipuladores, controle de matérias-primas, armazenamento e distribuição de alimentos, com o objetivo central de reduzir riscos de contaminação química, física e biológica que possam comprometer a saúde do consumidor.

Legislação federal e o papel da ANVISA

No âmbito federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária edita Resoluções da Diretoria Colegiada que estabelecem os requisitos técnicos gerais aplicáveis a serviços de alimentação, cobrindo desde a qualificação da água utilizada no processo produtivo até os procedimentos de higienização de instalações, equipamentos, móveis e utensílios. Essas resoluções funcionam como referência técnica nacional, servindo de base para a regulamentação sanitária de estados e municípios, que podem detalhar ou complementar as exigências, mas não podem reduzir o nível de proteção sanitária estabelecido na norma federal. A ANVISA também define parâmetros para controle integrado de vetores e pragas urbanas, para o dimensionamento de barreiras sanitárias e para a elaboração dos Procedimentos Operacionais Padronizados exigidos de todo estabelecimento produtor ou manipulador de alimentos.

Normas complementares estaduais e municipais

Estados e municípios possuem competência para editar códigos sanitários próprios, regulamentos de vigilância sanitária local e portarias específicas que adaptam as diretrizes federais às realidades regionais, como clima, perfil epidemiológico e características dos serviços de alimentação predominantes na localidade. Essa regulamentação complementar frequentemente detalha aspectos como o processo de licenciamento sanitário, a documentação exigida para abertura e renovação de alvará, a periodicidade de inspeções e os critérios de classificação de risco dos estabelecimentos. A articulação entre as três esferas de governo exige que o responsável pelo estabelecimento conheça

simultaneamente a norma federal de referência e a regulamentação local vigente, pois o cumprimento de apenas uma delas não assegura conformidade plena.

► Responsabilidade técnica e obrigações do estabelecimento

A responsabilidade sanitária em serviços de alimentação não recai exclusivamente sobre a fiscalização pública; ela é primariamente do próprio estabelecimento, que deve organizar sua operação para garantir de forma contínua a segurança dos alimentos oferecidos. Essa responsabilidade se manifesta na designação de pessoas capacitadas, na manutenção de registros e na adoção de rotinas de autocontrole que antecipem falhas antes que se tornem risco à saúde pública.

Papel do responsável técnico e do manipulador designado

Muitos serviços de alimentação, dependendo do porte e da complexidade operacional, devem indicar um responsável técnico ou um responsável pelas Boas Práticas, encarregado de supervisionar a aplicação das normas sanitárias no dia a dia. Essa pessoa acompanha a capacitação da equipe, revisa os Procedimentos Operacionais Padronizados, verifica registros de temperatura e higienização, e atua como interlocutor natural diante da vigilância sanitária. A capacitação dos manipuladores de alimentos é elemento indissociável dessa estrutura de responsabilidade, pois normas escritas sem manipuladores treinados perdem eficácia prática.

Deveres do estabelecimento perante a vigilância sanitária

O estabelecimento tem o dever de manter licenciamento sanitário válido, disponibilizar documentação comprobatória das práticas de controle sanitário e permitir o acesso de agentes fiscais às instalações sempre que solicitado. Entre as obrigações recorrentes exigidas na maioria das regulamentações estão as seguintes.

- Manter o Manual de Boas Práticas atualizado e acessível à equipe.
- Comprovar a procedência e qualidade da água utilizada no processo produtivo.
- Registrar e disponibilizar comprovantes de controle integrado de pragas.
- Assegurar a rastreabilidade de matérias-primas e insumos utilizados.
- Notificar e corrigir não conformidades identificadas em autoinspeções ou fiscalizações.

REQUISITOS FÍSICO-ESTRUTURAIS PARA O FUNCIONAMENTO HIGIÊNICO-SANITÁRIO

► Edificações, instalações e fluxo operacional

As condições estruturais de um serviço de alimentação são determinantes para viabilizar práticas higiênicas consistentes, pois falhas de projeto arquitetônico dificultam ou até inviabilizam procedimentos de limpeza, segregação e controle de contaminação cruzada. A concepção do espaço físico deve considerar o volume de produção, o tipo de alimento manipulado e o fluxo de pessoas, insumos e resíduos ao longo da jornada operacional.

Localização, área externa e acesso

A escolha e a manutenção da área externa ao estabelecimento influenciam diretamente o risco sanitário interno, uma vez que terrenos com acúmulo de lixo, água parada ou vegetação descontrolada favorecem a proliferação de vetores e pragas urbanas. As vias de acesso, pátios e áreas de carga e descarga devem ser pavimentadas, drenadas e mantidas livres de resíduos, com iluminação adequada e proteção contra entrada de animais. Portas, janelas e outras aberturas que deem para o exterior necessitam de barreiras físicas, como telas milimetradas e vedação de frestas, para impedir a entrada de insetos e roedores sem comprometer a ventilação do ambiente.

Fluxo unidirecional e segregação de áreas

O layout interno deve favorecer um fluxo predominantemente unidirecional, da recepção de matérias-primas até a expedição do alimento pronto, evitando cruzamentos entre etapas limpas e etapas sujas do processo. Áreas de recebimento, armazenamento, pré-preparo, preparo, cocção, distribuição e higienização de utensílios devem ser fisicamente ou temporalmente segregadas, de modo que alimentos crus e alimentos prontos para consumo não compartilhem superfícies, utensílios ou trajetos sem etapa intermediária de higienização. Pisos, paredes e tetos precisam ter acabamento liso, impermeável, lavável e de cor clara, sem trincas ou reentrâncias que dificultem a limpeza.

► Instalações sanitárias, abastecimento e resíduos

Além da configuração arquitetônica, os requisitos estruturais abrangem sistemas de suporte essenciais à operação segura, como abastecimento de água, destinação de efluentes, gerenciamento de resíduos sólidos e instalações voltadas à higiene pessoal dos manipuladores.

Água, esgoto e controle de vetores/pragas

O estabelecimento deve dispor de abastecimento de água potável em quantidade suficiente para todas as etapas de manipulação e higienização, com sistema de reservação protegido e submetido à limpeza periódica documentada. O sistema de esgotamento sanitário precisa escoar de forma eficiente, sem gerar refluxo ou contato com áreas de manipulação de alimentos. O controle de vetores e pragas urbanas deve ser sistemático e preventivo, combinando medidas estruturais de vedação com monitoramento periódico e, quando necessário, intervenção especializada.

Instalações sanitárias para manipuladores e resíduos sólidos

Sanitários e vestiários destinados aos manipuladores devem ser mantidos separados da área de manipulação de alimentos, dotados de pia exclusiva para higienização das mãos, com sabonete líquido antisséptico, papel toalha descartável e lixeira com acionamento não manual. Os resíduos sólidos gerados na produção precisam ser acondicionados em recipientes fechados, laváveis e identificados, com remoção em frequência compatível com o volume gerado.

Tipo de instalação	Requisito estrutural principal	Frequência de verificação recomendada
Reservatório de água	Vedação, proteção contra contaminação externa	Semestral
Sanitários de manipuladores	Separação da área de produção, pia exclusiva	Diária
Área de resíduos sólidos	Recipientes fechados e identificados	Diária

PRÁTICAS OPERACIONAIS DE CONTROLE SANITÁRIO NA ÁREA DE ALIMENTOS

► Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados

A operacionalização do controle sanitário se concretiza por meio de documentos técnicos que traduzem exigências normativas em rotinas executáveis pela equipe de manipulação. O Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados formam o núcleo documental que orienta o dia a dia do estabelecimento e serve de base para treinamento contínuo.

Estrutura e conteúdo do Manual de Boas Práticas

O Manual de Boas Práticas descreve as condições físicas, operacionais e organizacionais do estabelecimento, contemplando desde a caracterização da edificação até os fluxos de produção, os equipamentos utilizados, a formação da equipe e as medidas de controle de qualidade aplicadas. Esse documento deve refletir a realidade operacional do local, ser revisado sempre que houver alteração relevante de layout, cardápio ou processo, e permanecer acessível à equipe e à fiscalização.

POPs essenciais: higienização, potabilidade da água, controle integrado de pragas

Os Procedimentos Operacionais Padronizados detalham, de forma objetiva, como cada rotina crítica deve ser executada, quem é responsável, com qual frequência e quais registros devem ser gerados. Entre os POPs normalmente exigidos destacam-se os seguintes.

- Higienização de instalações, equipamentos, móveis e utensílios.

SEGURANÇA NO TRABALHO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA SEGURANÇA NO TRABALHO: SEGURANÇA DO TRABALHO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA SEGURANÇA NO TRABALHO: SEGURANÇA DO TRABALHO

► Conceito e finalidade da segurança do trabalho

Segurança do trabalho é o conjunto organizado de princípios, medidas, procedimentos e práticas destinados a prevenir acidentes, doenças relacionadas ao trabalho e outras formas de dano decorrentes das atividades profissionais. Sua finalidade é controlar os perigos existentes nos processos produtivos e administrativos, reduzir a exposição a riscos e estabelecer condições de trabalho compatíveis com a preservação da integridade física e da saúde das pessoas.

A segurança do trabalho não se limita ao uso de equipamentos de proteção individual nem à correção de situações visivelmente perigosas. Ela envolve planejamento, identificação de perigos, avaliação de riscos, definição de controles, acompanhamento das condições de trabalho, análise de ocorrências e melhoria contínua. Também exige integração com outras áreas da organização, como manutenção, produção, engenharia, recursos humanos, compras, gestão de contratos e saúde ocupacional.

Prevenção como princípio estruturante

A prevenção consiste em agir antes da ocorrência do dano. Isso significa reconhecer as fontes de perigo, analisar como os trabalhadores podem ser expostos e selecionar medidas capazes de eliminar ou reduzir o risco. Quanto mais cedo a segurança é incorporada ao processo, maior tende a ser sua efetividade. Projetos de máquinas, instalações, fluxos, métodos de trabalho e layouts que já consideram requisitos de segurança reduzem a necessidade de correções posteriores.

A prevenção eficaz depende de critérios técnicos e de acompanhamento sistemático. Uma condição considerada segura em determinado momento pode deixar de ser adequada após mudanças de equipamentos, matérias-primas, quantidade de produção, organização dos turnos ou composição da equipe. Por isso, a segurança deve acompanhar a dinâmica do trabalho.

► Relação entre perigo, risco e controle

Perigo é uma fonte, situação ou condição com potencial de causar dano. Risco corresponde à possibilidade de esse dano ocorrer e à gravidade de suas consequências. A gestão da segurança procura atuar sobre essa relação, reduzindo a probabilidade do evento, sua severidade ou ambos.

Uma instalação elétrica energizada, uma máquina com partes móveis, um produto químico corrosivo ou uma superfície elevada constituem exemplos de perigos. O nível de risco associado depende do modo de exposição. Uma parte móvel totalmente enclausurada apresenta condição diferente de outra acessível durante a operação. Da mesma forma, um produto químico armazenado em sistema fechado possui perfil de risco distinto daquele manipulado manualmente em recipiente aberto.

Hierarquia das medidas de controle

A prevenção deve priorizar medidas mais efetivas e menos dependentes da ação individual. A lógica de controle pode ser compreendida pela seguinte sequência:

- Eliminação do perigo, quando tecnicamente possível.
- Substituição por processo, material ou equipamento de menor risco.
- Controles de engenharia, como enclausuramento, barreiras, ventilação e automação.
- Medidas administrativas e organizacionais, como procedimentos, sinalização, capacitação e limitação de exposição.
- Equipamentos de proteção individual, utilizados de forma compatível com o risco residual.

A existência de diferentes níveis de controle não significa que apenas uma medida deva ser utilizada. Situações complexas frequentemente exigem combinação de barreiras. A segurança é fortalecida quando uma falha isolada não é suficiente para produzir o acidente.

ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO E GESTÃO DOS RISCOS

► Identificação de perigos e avaliação de riscos

A gestão da segurança começa pelo conhecimento das atividades executadas. Identificar perigos significa observar processos, equipamentos, substâncias, instalações, tarefas, deslocamentos e formas de organização do trabalho capazes de produzir dano. Essa identificação deve abranger atividades rotineiras, não rotineiras, emergenciais, de manutenção, limpeza, inspeção e intervenção.

A avaliação de riscos busca estabelecer a importância de cada situação identificada. São considerados fatores como possibilidade de ocorrência, frequência de exposição, quantidade de pessoas expostas, eficácia dos controles existentes e gravidade potencial das consequências. O resultado orienta prioridades e permite direcionar recursos para situações mais críticas.

Importância da observação do trabalho real

Documentos e procedimentos formais nem sempre representam integralmente a forma como o trabalho é executado. A análise deve observar o processo real, incluindo improvisações, atalhos, dificuldades operacionais, limitações de equipamento e adaptações utilizadas pelos trabalhadores.

A diferença entre trabalho prescrito e trabalho efetivamente realizado pode revelar riscos importantes. Um procedimento pode determinar desligamento completo de uma máquina, mas a rotina de produção pode pressionar por intervenções com o equipamento em funcionamento. A identificação dessa diferença permite tratar causas organizacionais e técnicas, em vez de responsabilizar apenas o comportamento individual.

► Planejamento das medidas preventivas

Depois de reconhecidos e avaliados os riscos, devem ser definidas medidas de prevenção. O planejamento precisa indicar o que será feito, quem será responsável, quais recursos serão utilizados e como a efetividade será verificada. Medidas genéricas, sem vínculo com o risco específico, tendem a produzir resultados limitados.

O controle de riscos deve ser incorporado às decisões operacionais. Compra de equipamentos, contratação de serviços, alterações de layout, introdução de novos produtos e mudanças de processo precisam considerar impactos sobre a segurança.

Gestão de mudanças

Mudanças aparentemente simples podem introduzir novos perigos. Substituição de produto químico, alteração de máquina, mudança de fornecedor, aumento do ritmo de produção ou reorganização de postos podem modificar o perfil de risco.

A gestão de mudanças consiste em avaliar previamente os efeitos dessas alterações. O objetivo é evitar que modificações sejam implementadas sem análise de suas consequências sobre pessoas, equipamentos e processos. Esse controle é especialmente relevante em operações de maior complexidade.

A segurança do trabalho depende de acompanhamento contínuo. Medidas adotadas precisam ser verificadas na prática para confirmar se permanecem eficazes. Quando controles falham, tornam-se obsoletos ou deixam de corresponder ao processo real, devem ser revistos.

ACIDENTES, INCIDENTES E CULTURA DE PREVENÇÃO

► Eventos indesejados e aprendizado organizacional

Acidentes e incidentes fornecem informações importantes sobre falhas de segurança. Um acidente é um evento que resulta em dano, enquanto um incidente pode ocorrer sem consequência lesiva, embora revele potencial para causar perdas. Ambos devem ser analisados como sinais de que determinadas barreiras não foram suficientes.

A investigação deve buscar causas e condições que possam ser modificadas. Explicações baseadas exclusivamente em desatenção, imprudência ou descuido tendem a ser insuficientes, pois não demonstram por que o sistema permitiu que uma falha humana resultasse em dano.

Falhas ativas e condições latentes

Falhas ativas são aquelas observadas mais próximas do momento do acidente, como acionamento incorreto, retirada de proteção ou uso inadequado de ferramenta. Condições latentes são fatores anteriores e menos visíveis, como projeto deficiente, manutenção incompleta, pressão de produção, supervisão inadequada ou procedimentos incompatíveis com a tarefa.

Uma análise preventiva procura identificar ambos os níveis. Corrigir apenas a falha ativa pode impedir repetição imediata, mas não elimina as causas estruturais. Quando a organização modifica processos, equipamentos e práticas de gestão, reduz a possibilidade de recorrência.

► Cultura de segurança

Cultura de segurança corresponde ao conjunto de valores, percepções e práticas que influenciam a forma como a organização trata os riscos. Ela se manifesta nas decisões cotidianas, especialmente quando existe conflito entre produção, prazo, custo e proteção.

Uma organização com cultura preventiva não trata segurança como responsabilidade exclusiva de um setor especializado. Gestores, supervisores, trabalhadores, contratados e áreas de apoio participam da identificação e do controle dos riscos.

Comunicação e participação

A comunicação é essencial para prevenir acidentes. Trabalhadores precisam conhecer riscos, procedimentos e mudanças que afetam suas atividades. Também devem existir meios para relatar condições perigosas, falhas e incidentes.

A participação contribui para melhorar a qualidade das medidas de controle porque quem executa a tarefa possui conhecimento direto de dificuldades, variações e situações não previstas. Esse conhecimento deve ser integrado às análises técnicas.

Alguns elementos fortalecem a cultura de prevenção:

- Compromisso da liderança com decisões compatíveis com a segurança.
- Participação dos trabalhadores na identificação de perigos e definição de controles.
- Investigação de acidentes e incidentes com foco em causas e prevenção.
- Comunicação clara sobre riscos, mudanças e procedimentos.
- Correção de desvios sem tolerância sistemática a condições perigosas.

A cultura de segurança se consolida quando as práticas preventivas são coerentes com as decisões organizacionais. Normas internas perdem efetividade quando a própria rotina incentiva seu descumprimento ou quando riscos conhecidos permanecem sem tratamento.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE AQUAVIÁRIO

POLUIÇÃO: POLUIÇÃO E SEUS TIPOS; PRINCIPAIS AGENTES POLUIDORES; PRECAUÇÕES A SEREM OBSERVADAS NA PREVENÇÃO E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA AMBIENTAL; PRECAUÇÕES A SEREM TOMADAS PARA PREVENIR A POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE MARINHO

Poluição é a degradação da qualidade ambiental provocada pela introdução de matérias, substâncias, organismos ou formas de energia capazes de prejudicar a saúde e o bem-estar humano, criar condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetar desfavoravelmente a biota ou comprometer as condições ambientais.

No meio aquaviário, a poluição pode atingir rios, lagos, lagoas, canais, baías, estuários, portos, zonas costeiras e águas marítimas. Os contaminantes podem permanecer concentrados no local do lançamento, dispersar-se pelas correntes, dissolver-se na água, aderir a sedimentos ou ser incorporados por organismos.

Para compreender um episódio de poluição, devem ser diferenciados quatro componentes: a fonte geradora, o agente poluidor, o meio receptor e os efeitos ambientais produzidos.

► Classificação da poluição

Poluição química

Ocorre pela presença de substâncias químicas capazes de modificar as propriedades da água ou causar toxicidade. Óleo, combustíveis, solventes, pesticidas, metais pesados e determinadas cargas perigosas são exemplos. Seus efeitos dependem da toxicidade, concentração, persistência, solubilidade e quantidade lançada.

Poluição física e por resíduos sólidos

A poluição física decorre de alterações das condições físicas do ambiente, como temperatura, turbidez ou presença excessiva de materiais em suspensão. A poluição por resíduos sólidos inclui plásticos, embalagens, redes, cabos e resíduos operacionais.

Plásticos apresentam especial relevância porque podem permanecer por longos períodos, causar ingestão ou aprisionamento de animais e fragmentar-se progressivamente em partículas menores.

Poluição biológica e orgânica

O lançamento de esgoto não tratado pode introduzir microrganismos patogênicos, nutrientes e grande quantidade de matéria orgânica. Sua decomposição consome oxigênio dissolvido, podendo tornar o ambiente inadequado para organismos aquáticos.

O excesso de nutrientes, principalmente compostos de nitrogênio e fósforo, pode favorecer a eutrofização, caracterizada pela proliferação excessiva de organismos fotossintetizantes e por desequilíbrios posteriores no ecossistema.

Poluição térmica e atmosférica

A poluição térmica ocorre quando alterações de temperatura interferem nas condições naturais do corpo d'água. A temperatura influencia propriedades como concentração de oxigênio, metabolismo e distribuição dos organismos.

Atividades marítimas também geram poluição atmosférica. Motores e sistemas de combustão de embarcações podem emitir óxidos de enxofre, óxidos de nitrogênio, material particulado e gases de efeito estufa.

► Origem e forma de ocorrência

Fontes terrestres e aquaviárias

A poluição do ambiente aquático não se origina exclusivamente de embarcações. Efluentes urbanos e industriais, drenagem de áreas agrícolas e resíduos transportados pelos rios podem alcançar regiões costeiras e marítimas.

No ambiente aquaviário, destacam-se embarcações, plataformas, instalações portuárias, terminais, dutos e operações de movimentação de cargas e combustíveis.

Quanto à forma de ocorrência, é útil reconhecer:

- **Poluição pontual:** apresenta fonte identificável e espacialmente definida, como um duto com vazamento.
- **Poluição difusa:** resulta de fontes dispersas e de identificação mais complexa.
- **Poluição acidental:** decorre de ocorrências como colisões, encalhes, rupturas ou falhas operacionais.
- **Poluição operacional:** relaciona-se às atividades normais de funcionamento e manejo de resíduos ou substâncias.
- **Poluição aguda:** manifesta-se intensamente em período relativamente curto.
- **Poluição crônica:** resulta de lançamentos ou exposições persistentes ou repetidos ao longo do tempo.

► Efeitos sobre o ambiente

Impactos ecológicos e socioeconômicos

Os efeitos variam conforme o agente, a quantidade, a duração da exposição e a sensibilidade ambiental da área atingida. Manguezais, estuários, recifes, áreas reprodutivas e regiões de elevada biodiversidade podem apresentar grande vulnerabilidade.

Entre os principais efeitos encontram-se mortalidade e intoxicação de organismos, alteração de habitats, comprometimento da reprodução, perda da qualidade da água, contaminação de sedimentos e prejuízos à pesca, aquicultura, turismo e utilização recreativa das águas.

Certas substâncias podem acumular-se nos organismos, fenômeno denominado bioacumulação. Quando sua concentração aumenta progressivamente ao longo dos níveis de uma cadeia alimentar, ocorre biomagnificação.

PRINCIPAIS AGENTES POLUIDORES DO AMBIENTE AQUAVIÁRIO

► Óleo e derivados de petróleo

Características e comportamento

Óleo constitui um dos agentes de maior importância na prevenção da poluição aquaviária. Petróleo, combustíveis, lubrificantes e misturas oleosas podem alcançar a água durante acidentes, abastecimentos, transferências, operações de carga, falhas em equipamentos ou gerenciamento inadequado de resíduos.

Após um derramamento, o comportamento do produto depende de sua composição e das condições ambientais. Podem ocorrer espalhamento, evaporação, dissolução, dispersão, emulsificação, sedimentação e biodegradação.

O óleo pode recobrir aves e mamíferos, comprometer isolamento térmico e flutuabilidade, produzir toxicidade e contaminar substratos costeiros. Em manguezais e outras áreas abrigadas, a remoção natural pode ser particularmente lenta.

► Substâncias nocivas ou perigosas

Produtos químicos transportados

Diversas substâncias transportadas a granel ou em volumes embalados apresentam riscos distintos. Algumas são tóxicas, corrosivas, inflamáveis, persistentes ou capazes de produzir efeitos severos sobre organismos e seres humanos.

A Lei nº 9.966/2000 estabelece classificação de substâncias nocivas ou perigosas considerando o risco decorrente de sua descarga na água. A identificação correta da carga é essencial para escolher medidas de prevenção e resposta.

► Esgoto, lixo e resíduos

Esgotos sanitários

Esgotos podem conter matéria orgânica, nutrientes e microrganismos patogênicos. O descarte inadequado compromete a qualidade sanitária da água e pode causar redução do oxigênio dissolvido.

Sistemas de coleta, retenção e tratamento a bordo devem ser operados de acordo com os requisitos aplicáveis. A existência de determinadas condições regulamentares para descarga não significa autorização geral para lançar esgoto indiscriminadamente.

Lixo e resíduos sólidos

Resíduos gerados a bordo devem ser segregados, acondicionados, armazenados e destinados adequadamente. A MARPOL disciplina a prevenção da poluição por lixo proveniente de navios e estabelece forte restrição às descargas, incluindo proibição do lançamento de plásticos no mar.

Para facilitar a diferenciação dos principais agentes, pode-se relacionar sua origem predominante e seus efeitos mais comuns:

Agente	Fontes frequentes	Riscos principais
Óleo	Abastecimento, carga, vazamentos e acidentes	Recobrimento, toxicidade e contaminação costeira
Produtos químicos	Cargas perigosas e operações industriais	Toxicidade, corrosividade e persistência
Esgoto	Sistemas sanitários	Patógenos, matéria orgânica e nutrientes
Resíduos sólidos	Vida e operação a bordo	Ingestão, aprisionamento e persistência
Organismos invasores	Água de lastro e bioincrustação	Alteração ecológica e competição com espécies nativas
Emissões atmosféricas	Motores e combustão	Poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa

► Água de lastro e bioincrustação

Transferência de organismos

A água de lastro é utilizada para auxiliar na estabilidade, no equilíbrio e na segurança operacional de embarcações. Ao ser captada em uma região e descarregada em outra, pode transportar organismos e microrganismos.

A introdução de espécies exóticas invasoras pode modificar cadeias alimentares, competir com espécies nativas e produzir impactos econômicos e ecológicos.

Bioincrustação corresponde à fixação de organismos nas superfícies submersas das embarcações e constitui outra possível via de transporte biológico entre regiões.

► Características que determinam a gravidade

Periculosidade e sensibilidade ambiental

A gravidade de uma ocorrência não depende apenas do volume liberado. Deve-se considerar a toxicidade e persistência da substância, as condições meteorológicas e oceanográficas, a proximidade da costa, a capacidade de dispersão e a presença de áreas sensíveis.

Uma quantidade relativamente limitada de produto pode produzir consequências significativas se atingir uma região ecologicamente vulnerável ou uma fonte importante de recursos para comunidades costeiras.

PROCEDIMENTOS DE EMERGÊNCIAS

SEGURANÇA A BORDO DAS EMBARCAÇÕES: RESPONSABILIDADE, ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E A PRÁTICA DA SEGURANÇA; RISCOS PROFISSIONAIS; MANUTENÇÃO DA HIGIENE A BORDO

RESPONSABILIDADE E ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA A BORDO

► A Hierarquia de Responsabilidades na Segurança Marítima

A segurança a bordo de uma embarcação resulta de uma cadeia de responsabilidades que começa na companhia armadora, passa pelo comandante e se distribui por todos os níveis da tripulação. Essa estrutura hierárquica não existe apenas para fins administrativos, mas para garantir que cada decisão relacionada a riscos operacionais tenha um responsável claramente identificado, capaz de agir com autoridade e conhecimento técnico. A ausência de definição precisa de papéis é uma das causas mais recorrentes de falhas em situações de emergência, pois gera hesitação e sobreposição de comandos justamente no momento em que a resposta rápida é mais necessária.

Atribuições do Comandante na Gestão da Segurança

O comandante detém a autoridade máxima a bordo e responde legal e operacionalmente por todas as ações relacionadas à segurança da embarcação, da carga e da tripulação. Cabe a ele aprovar os procedimentos de emergência, supervisionar os exercícios obrigatórios, autorizar desvios de rota em situações de risco e garantir que o sistema de gestão de segurança da companhia seja efetivamente aplicado na rotina do navio. Essa autoridade é indelegável em sua essência, ainda que a execução de tarefas específicas seja distribuída entre os oficiais.

Papel dos Oficiais de Convés e Máquinas

Os oficiais de convés e de máquinas atuam como extensões operacionais da autoridade do comandante, cada um em sua área técnica. O imediato normalmente coordena os exercícios de emergência e a manutenção dos equipamentos de salvatagem e combate a incêndio, enquanto o chefe de máquinas responde pela integridade dos sistemas propulsivos, elétricos e de bombeamento, cuja falha pode originar situações críticas como alagamentos ou incêndios em praça de máquinas. Ambos são responsáveis por transmitir instruções técnicas de forma compreensível às equipes sob seu comando.

Responsabilidades da Praça e Tripulação de Apoio

Marinheiros, motoristas e demais tripulantes de praça não são meros executores de ordens, mas agentes ativos da segurança coletiva. Suas responsabilidades incluem o uso correto de

equipamentos de proteção individual, a comunicação imediata de condições anômalas, a participação disciplinada em exercícios simulados e o conhecimento preciso de sua função individual no quadro de chamada. A eficácia da resposta a uma emergência depende diretamente da familiaridade de cada tripulante com sua tarefa específica.

Interface entre Companhia Armadora e Bordo

A companhia armadora estabelece as políticas de segurança, fornece recursos materiais e humanos e mantém canais de comunicação com o comandante para reportar não conformidades e apoiar decisões operacionais complexas. Essa interface é formalizada por meio de designados em terra, responsáveis por monitorar a implementação do sistema de gestão de segurança e por servir de ponte entre a operação diária do navio e as exigências regulatórias e comerciais da empresa.

► Organização Interna e Estrutura de Segurança

A organização interna da segurança a bordo traduz as responsabilidades individuais em uma estrutura funcional, com instrumentos formais que orientam a ação de toda a tripulação em condições normais e emergenciais.

Comitê de Segurança e Reuniões Periódicas

Muitas embarcações mantêm um comitê de segurança, composto por oficiais e representantes da tripulação, que se reúne periodicamente para analisar incidentes, revisar procedimentos e propor melhorias. Essas reuniões consolidam a cultura de segurança como processo contínuo, e não como conjunto estático de regras, permitindo que a experiência prática da tripulação retroalimente os procedimentos formais.

Escalas de Serviço e Quadro de Chamada

O quadro de chamada, ou muster list, formaliza a distribuição de tarefas em situações de emergência, sendo obrigatório em todas as embarcações e afixado em locais visíveis. A tabela a seguir ilustra, de forma simplificada, como as funções costumam ser distribuídas conforme o tipo de emergência.

Tipo de emergência	Função típica do oficial	Função típica da praça
Incêndio	Coordenação do combate e ventilação	Operação de mangueiras e equipamentos
Abandono de embarcação	Comando de baleeiras e balsas	Preparo e lançamento de embarcações salva-vidas
Homem ao mar	Manobra de resgate	Observação e lançamento de boias

Delegação de Funções em Emergência

Em caso de incapacitação do comandante ou de oficiais-chave, a organização de segurança prevê linhas de substituição automática, evitando vácuo de comando. Essa previsão é registrada em procedimentos internos e testada periodicamente, garantindo que a continuidade da resposta não dependa da presença física de uma única pessoa.

ADMINISTRAÇÃO E PRÁTICA DA SEGURANÇA A BORDO

► Sistema de Gestão de Segurança e Conformidade Normativa

A prática cotidiana da segurança a bordo é sustentada por um sistema de gestão que converte princípios gerais em procedimentos aplicáveis, documentados e auditáveis. Esse sistema integra política de segurança da companhia, procedimentos operacionais, registros de manutenção e mecanismos de verificação de conformidade, formando um ciclo contínuo de planejamento, execução, verificação e correção.

Código ISM e Documentação Obrigatória

O Código Internacional de Gestão para a Operação Segura de Navios e para a Prevenção da Poluição, conhecido como Código ISM, estabelece a exigência de que companhias e embarcações mantenham um sistema de gestão de segurança formalizado. Esse sistema inclui manuais de procedimentos, registros de treinamento, planos de manutenção preventiva e documentos de designação de responsabilidades, todos sujeitos a verificação periódica por meio de certificados específicos emitidos após auditoria.

Auditorias Internas e Externas

As auditorias internas, conduzidas pela própria companhia, avaliam a aderência da operação real aos procedimentos documentados, identificando desvios antes que se tornem falhas graves. As auditorias externas, realizadas por sociedades classificadoras ou autoridades marítimas, verificam a conformidade com normas internacionais e nacionais, resultando na manutenção ou suspensão de certificados essenciais à operação da embarcação.

Procedimentos Operacionais Padronizados

Os procedimentos operacionais padronizados descrevem, passo a passo, como executar tarefas rotineiras e críticas, reduzindo a variabilidade humana em operações de risco, como manobras de atracação, transferência de combustível e entrada em espaços confinados. Cada procedimento define responsáveis, sequência de ações, equipamentos necessários e critérios de interrupção da tarefa em caso de anomalia.

► Treinamento, Simulados e Cultura Preventiva

A administração da segurança não se esgota na existência de documentos, dependendo fundamentalmente da capacitação prática da tripulação e da consolidação de uma cultura preventiva sustentada por exercícios regulares.

Exercícios de Abandono e Combate a Incêndio

Os exercícios de abandono de embarcação e de combate a incêndio figuram entre os mais exigidos pelas normas internacionais, por simularem as duas emergências historicamente responsáveis pelo maior número de vítimas em acidentes marítimos. A tabela seguinte apresenta a periodicidade mínima usual desses exercícios em navios mercantes.

Tipo de exercício	Periodicidade mínima usual	Observação relevante
Abandono de embarcação	Mensal	Toda a tripulação deve participar
Combate a incêndio	Mensal	Inclui uso de equipamento respiratório
Homem ao mar	Trimestral	Envolve manobra real da embarcação

Registro e Avaliação de Exercícios

Cada exercício realizado deve ser registrado em livro próprio, com data, participantes, cenário simulado e observações sobre falhas identificadas. Esse registro não tem caráter meramente burocrático, pois permite rastrear a evolução do desempenho da tripulação e evidenciar, perante auditorias, a efetividade do sistema de treinamento.

Comunicação de Riscos e Relato de Quase Acidentes

A prática avançada da segurança inclui mecanismos de relato voluntário de quase acidentes, situações em que um evento adverso quase ocorreu, mas foi evitado a tempo. O registro desses eventos, sem finalidade punitiva, permite identificar fragilidades sistêmicas antes que resultem em acidentes reais, sendo considerado um dos indicadores mais confiáveis da maturidade da cultura de segurança de uma organização marítima.

RISCOS PROFISSIONAIS A BORDO

► Riscos Físicos, Químicos e Mecânicos

O ambiente de trabalho a bordo reúne condições que raramente se encontram combinadas em outros setores produtivos: espaço confinado, movimento constante da estrutura, presença simultânea de máquinas pesadas, produtos químicos e eletricidade de alta potência. Essa combinação exige identificação sistemática dos riscos físicos, químicos e mecânicos aos quais cada função está exposta.

Riscos de Quedas, Escorregões e Espaços Confinados

Superfícies molhadas, escadas íngremes e conveses em movimento tornam quedas e escorregões um dos acidentes mais frequentes a bordo. Os espaços confinados, como tanques de lastro e porões, apresentam risco adicional de atmosferas deficientes em oxigênio ou contaminadas por gases, exigindo procedimento específico de entrada, com verificação atmosférica prévia, ventilação forçada e vigia posicionado do lado externo.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E RESPONSABILIDADES SOCIAIS

RELAÇÕES HUMANAS: CARACTERÍSTICAS DA BOA COMUNICAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO; AÇÕES PREVENTIVAS PARA UM BOM RELACIONAMENTO NO TRABALHO; RELACIONAMENTO HUMANO A BORDO DO NAVIO; RECONHECENDO E MITIGANDO PRECONCEITOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Relações humanas correspondem ao conjunto de interações estabelecidas entre pessoas no ambiente de trabalho. Elas influenciam diretamente a cooperação, a confiança, a produtividade, a segurança e a qualidade das decisões. Um ambiente profissional saudável não exige afinidade pessoal entre todos os integrantes, mas pressupõe respeito, responsabilidade e disposição para colaborar.

O relacionamento profissional deve ser orientado pelas funções exercidas, pelas normas institucionais e pelos objetivos coletivos. Divergências de personalidade ou preferência não justificam comportamentos desrespeitosos, omissão de informações ou descumprimento de responsabilidades.

► Processo de comunicação

Elementos básicos

A comunicação envolve um emissor, que formula a mensagem; um receptor, que a recebe; um canal, pelo qual ela é transmitida; um código compartilhado; um contexto; e o feedback, que permite verificar se a informação foi compreendida.

Ruído é qualquer fator que prejudique a transmissão ou interpretação da mensagem. Pode decorrer de barulho físico, linguagem inadequada, excesso de informações, distração, diferenças culturais, emoções intensas ou pressupostos equivocados.

Comunicação verbal, não verbal e escrita

A comunicação verbal utiliza palavras faladas. A comunicação escrita permite registrar orientações, procedimentos e informações. Já a comunicação não verbal compreende postura, gestos, expressões faciais, tom de voz e outros sinais que influenciam a interpretação.

Uma mensagem verbal cordial acompanhada de postura hostil pode gerar ambiguidade. Por isso, a coerência entre conteúdo, tom e comportamento é importante.

► Características da boa comunicação

Clareza, objetividade e precisão

Uma comunicação eficiente deve transmitir informações compreensíveis, suficientes e adequadas à situação. Clareza significa reduzir ambiguidades; objetividade significa concentrar-se no conteúdo relevante; precisão exige evitar informações vagas ou incorretas.

Algumas características favorecem a comunicação profissional:

- Utilizar linguagem compatível com o conhecimento do interlocutor.
- Transmitir instruções em sequência lógica.
- Evitar termos ambíguos quando a situação exige precisão.
- Confirmar informações críticas antes de agir.
- Escolher um canal adequado à importância e à urgência da mensagem.

Assertividade

Comunicação assertiva consiste em expressar informações, necessidades ou discordâncias de modo claro e respeitoso. Ela se diferencia da agressividade, que envolve intimidação, hostilidade ou desqualificação, e da passividade, caracterizada pela dificuldade de comunicar necessidades ou problemas relevantes.

Ser assertivo não significa concordar com tudo, mas discordar sem transformar uma diferença profissional em ataque pessoal.

► Escuta ativa

Compreensão antes da resposta

Escutar ativamente significa dedicar atenção ao conteúdo da mensagem, evitar interrupções desnecessárias e buscar compreender antes de responder. Quando houver dúvida, perguntas de esclarecimento reduzem o risco de interpretações incorretas.

Em situações críticas, é recomendável repetir ou reformular a informação recebida para confirmar seu significado. Esse procedimento é especialmente relevante quando uma instrução inadequadamente compreendida pode gerar falhas operacionais.

► Feedback

Orientação para comportamentos e resultados

Feedback é a comunicação destinada a informar como determinado comportamento, desempenho ou resultado está sendo percebido. Um feedback construtivo deve basear-se em fatos observáveis, indicar o impacto da conduta e, quando necessário, orientar a melhoria.

Avaliações genéricas como “você sempre faz tudo errado” dificultam a correção. É mais produtivo identificar o comportamento específico, explicar suas consequências e estabelecer uma expectativa clara.

O recebimento do feedback também exige postura profissional. Ouvir, solicitar esclarecimentos e avaliar a informação contribuem mais para a melhoria do que reagir imediatamente de maneira defensiva.

AÇÕES PREVENTIVAS PARA UM BOM RELACIONAMENTO NO TRABALHO

► Prevenção de conflitos

Atuação antes da escalada

Conflitos são naturais em ambientes de trabalho porque pessoas possuem responsabilidades, opiniões, experiências e expectativas diferentes. O objetivo não deve ser eliminar toda divergência, mas evitar que ela se transforme em hostilidade, quebra de cooperação ou prejuízo à atividade.

A prevenção começa pela identificação precoce de sinais como falhas recorrentes de comunicação, tensão entre colegas, distribuição pouco clara de tarefas, acusações frequentes ou resistência à cooperação.

Quanto mais cedo o problema for tratado, menor tende a ser sua capacidade de comprometer o clima profissional.

► Condutas que fortalecem as relações

Confiança e previsibilidade

A confiança se desenvolve quando as pessoas percebem coerência entre compromissos assumidos e comportamentos efetivos. Cumprir horários, comunicar dificuldades, respeitar acordos e assumir responsabilidades aumenta a previsibilidade das relações.

Algumas práticas contribuem para um ambiente saudável:

- Cumprir as tarefas e comunicar antecipadamente impedimentos relevantes.
- Compartilhar informações necessárias ao trabalho coletivo.
- Respeitar funções, responsabilidades e limites de competência.
- Evitar exposição desnecessária de colegas diante de erros.
- Reconhecer contribuições e cooperar quando a atividade exigir esforço conjunto.

► Condutas que deterioram o ambiente

Fofocas, humilhações e omissão

Boatos e fofocas tendem a reduzir a confiança porque difundem informações não verificadas e estimulam interpretações pessoais. Da mesma forma, humilhações, ironias ofensivas e desqualificações públicas prejudicam a segurança psicológica da equipe.

A omissão deliberada de informações necessárias também pode gerar conflitos. Em atividades interdependentes, reter dados importantes prejudica o desempenho coletivo e pode comprometer a segurança.

Competição profissional pode ser legítima quando baseada em desempenho e critérios objetivos. Torna-se prejudicial quando leva à sabotagem, favorecimento indevido ou tentativa de enfraquecer colegas.

► Gestão das diferenças

Separação entre pessoa e problema

Uma estratégia importante consiste em discutir o problema sem transformar a divergência em julgamento sobre o caráter do interlocutor. Em vez de afirmar que alguém é “irresponsável”, deve-se identificar o comportamento concreto: atraso, falha de comunicação ou descumprimento de procedimento.

Esse enfoque permite discutir fatos, causas e soluções.

Negociação e mediação

Quando duas partes possuem interesses diferentes, a negociação busca uma solução viável dentro das regras existentes. Se a comunicação direta não for suficiente, a mediação de uma liderança ou terceiro apropriado pode facilitar o entendimento.

A mediação não consiste simplesmente em decidir quem está certo, mas em organizar o diálogo, esclarecer interesses e buscar uma solução compatível com a atividade.

► Liderança e clima organizacional

Exemplo e coerência

A liderança influencia fortemente o padrão de relacionamento da equipe. Chefias que comunicam expectativas com clareza, tratam pessoas com respeito e adotam critérios coerentes tendem a reduzir insegurança e conflitos.

O exercício da autoridade deve ser compatível com responsabilidade. Respeitar a hierarquia não significa aceitar humilhações, ameaças ou condutas abusivas.

► Controle emocional e responsabilidade individual

Autocontrole em situações de tensão

Pressão, fadiga ou frustração podem favorecer respostas impulsivas. Por isso, o profissional deve reconhecer quando seu estado emocional pode prejudicar a comunicação.

Em uma discussão, reduzir o tom de voz, concentrar-se nos fatos e evitar respostas ofensivas contribui para impedir a escalada. Quando necessário, o assunto pode ser retomado em condição mais adequada, desde que isso não implique adiar indevidamente questões urgentes ou de segurança.

RELACIONAMENTO HUMANO A BORDO DO NAVIO

► Particularidades da vida embarcada

Trabalho e convivência no mesmo ambiente

O ambiente de bordo apresenta características próprias. Tripulantes trabalham, alimentam-se, descansam e convivem no mesmo espaço durante períodos prolongados. Há menor separação entre ambiente profissional e espaço de vida cotidiana do que em atividades realizadas em terra.

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

PRONTIDÃO PARA RESPONDER A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM CASO DE INCÊNDIO: VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO; MEIOS DE TRANSMISSÃO DO FOGO; AÇÕES A BORDO EM CASO DE INCÊNDIO; CLASSIFICAÇÃO DOS INCÊNDIOS E UTILIZAÇÃO DOS AGENTES EXTINTORES

VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO A BORDO

► Sistemas de Vigilância e Detecção

A prontidão para responder a uma emergência de incêndio começa muito antes da ignição de qualquer chama, na capacidade da tripulação de identificar precocemente condições anômalas que possam evoluir para um princípio de fogo. A vigilância contínua constitui a primeira barreira de proteção de uma embarcação, pois reduz o tempo entre o surgimento de um foco e o início do combate, fator determinante para o sucesso das ações de contenção.

Rondas de Inspeção e Vigilância Humana

As rondas periódicas realizadas por tripulantes designados percorrem compartimentos de máquinas, casario, porões de carga e áreas de armazenamento de materiais inflamáveis. Essas inspeções verificam temperatura anormal de equipamentos, vazamentos de combustível ou óleo lubrificante, acúmulo de resíduos combustíveis, obstrução de vias de escape e funcionamento de iluminação de emergência. A frequência das rondas aumenta em situações de maior risco, como operações de bunkering, soldagem a bordo ou navegação em áreas de temperatura ambiente elevada, quando a probabilidade de ignição acidental cresce sensivelmente.

Detecção Automática de Incêndio

Os sistemas fixos de detecção complementam a vigilância humana por meio de sensores de fumaça, de calor e, em determinados espaços, de chama, interligados a um painel central localizado na praça de comando ou no passadiço. Cada zona detectora corresponde a um setor específico da embarcação, permitindo que a tripulação localize rapidamente a origem do alarme. A calibração correta dos sensores evita tanto a insensibilidade a princípios reais de incêndio quanto os falsos alarmes recorrentes, que tendem a gerar descrença da tripulação em relação ao sistema e atrasos perigosos na resposta.

Zonas de Risco e Pontos Críticos de Vigilância

configuram pontos críticos que recebem detecção redundante e rondas mais frequentes. A tabela a seguir organiza esses espaços segundo o tipo de risco predominante e a medida de vigilância recomendada.

Risco predominante	Espaço típico	Medida de vigilância principal
Ignição elétrica	Praça de máquinas e quadros elétricos	Inspeção térmica e detecção de calor
Vapores inflamáveis	Paióis de tinta e depósitos de gás	Detecção de gás e ventilação controlada
Fontes abertas de calor	Cozinha e copa	Supervisão direta durante o preparo de alimentos
Carga inflamável	Porões e tanques de carga	Detecção de fumaça e monitoramento de atmosfera

► Medidas de Proteção Passiva e Ativa

A proteção contra incêndio combina elementos estruturais permanentes, que retardam a propagação, com sistemas ativos, que respondem automaticamente à detecção de um foco. A integração dessas duas camadas reduz a velocidade de crescimento do incêndio e amplia a janela de tempo disponível para a intervenção da tripulação.

Compartimentação e Isolamento Térmico

As divisórias estruturais classificadas conforme sua resistência ao fogo dividem a embarcação em zonas verticais e horizontais principais, restringindo a propagação de calor e fumaça entre compartimentos. Anteparas e conveses revestidos com material isolante mantêm a integridade estrutural por período determinado, permitindo a evacuação segura e a montagem do combate sem colapso da estrutura adjacente. Portas corta-fogo instaladas nessas divisórias devem permanecer fechadas ou operar com fechamento automático acionado pelo sistema de detecção.

Proteção Estrutural e Vias de Escape

As vias de escape recebem sinalização fotoluminescente, iluminação de emergência independente e dimensionamento que evita estrangulamentos de fluxo em situação de pânico. A manutenção da desobstrução dessas rotas é responsabilidade permanente da tripulação, uma vez que o acúmulo de materiais armazenados irregularmente compromete a evacuação e o acesso das equipes de combate ao foco do incêndio.

Manutenção Preventiva dos Sistemas de Proteção

Extintores portáteis, sistemas fixos de CO₂ ou espuma, redes de hidrantes e bombas de incêndio exigem inspeção periódica documentada, incluindo verificação de pressão, integridade de mangueiras, lacres de válvulas e testes funcionais de bombas. A ausência de manutenção regular compromete a disponibilidade operacional exatamente no momento em que o sistema é necessário, motivo pelo qual os registros de inspeção integram a documentação de segurança da embarcação e são objeto de verificação por parte do comando.

MEIOS DE TRANSMISSÃO DO FOGO E DINÂMICA DA COMBUSTÃO

► Fundamentos da Combustão

Compreender como o fogo se inicia e se sustenta é condição indispensável para qualquer ação eficaz de prevenção ou combate. A reação de combustão depende da presença simultânea de elementos específicos e, uma vez iniciada, tende a se propagar por mecanismos físicos bem definidos, cujo conhecimento orienta as decisões táticas da tripulação.

Tetraedro do Fogo

A combustão resulta da interação entre combustível, comburente, fonte de calor e reação em cadeia sustentada pelos radicais livres liberados durante a queima. A ausência de qualquer um desses quatro elementos impede a manutenção da chama, princípio que fundamenta todos os métodos de extinção existentes. O resfriamento atua sobre o calor, o abafamento sobre o comburente, a retirada de material sobre o combustível, e certos agentes químicos atuam diretamente sobre a reação em cadeia, interrompendo a propagação molecular do fogo.

Fontes de Ignição a Bordo

As embarcações concentram diversas fontes potenciais de ignição, entre elas superfícies aquecidas de motores e exaustores, faíscas de origem elétrica provenientes de curtos-circuitos ou equipamentos mal isolados, chamas abertas usadas em serviços de solda e corte, cigarros acesos descartados de forma inadequada e reações químicas espontâneas em determinadas cargas. O controle dessas fontes constitui medida preventiva primária, anterior a qualquer sistema de detecção ou combate.

► Formas de Propagação do Calor

Uma vez iniciado, o incêndio se propaga por mecanismos físicos que determinam a velocidade de crescimento e a direção do avanço das chamas. O conhecimento desses mecanismos permite à tripulação antecipar o comportamento do fogo e posicionar corretamente as equipes de combate.

Condução

A condução transfere calor por contato direto entre corpos sólidos, como estruturas metálicas do casco, anteparas e tubulações. Em embarcações, esse mecanismo é particularmente relevante porque o aço, material predominante na construção naval, conduz calor com eficiência, podendo elevar a temperatura de compartimentos adjacentes ao foco sem que haja contato direto com as chamas, favorecendo a ignição de materiais combustíveis armazenados do outro lado de uma antepara aquecida.

Convecção

A convecção transporta calor por meio do deslocamento de gases quentes e fumaça, que tendem a subir em razão de sua menor densidade. Esse mecanismo explica por que compartimentos superiores e trunques de escada tornam-se rapidamente inabitáveis durante um incêndio, mesmo quando o foco original está situado em conveses inferiores. A ventilação e os dutos de ar condicionado atuam como vetores adicionais de propagação convectiva, motivo pelo qual seu isolamento é medida essencial no combate.

Radiação

A radiação transmite energia térmica por ondas eletromagnéticas, sem necessidade de contato físico ou meio material entre a fonte e o corpo receptor. Esse mecanismo explica a ignição de materiais combustíveis situados a certa distância do foco original, bem como o risco de queimaduras e o desconforto térmico enfrentado pelas equipes de combate ao se aproximarem de um incêndio de grandes proporções, exigindo o uso de água em cortina para reduzir a intensidade radiante.

Propagação por Contato Direto e Materiais Combustíveis

Além dos três mecanismos físicos de transferência de calor, o fogo também avança por contato direto das chamas com materiais combustíveis adjacentes, fenômeno intensificado pela presença de cargas mal acondicionadas, resíduos oleosos ou tintas armazenadas de forma inadequada. A tabela seguinte relaciona os mecanismos de propagação aos exemplos práticos observados a bordo, auxiliando a compreensão das medidas de contenção associadas a cada um.

Mecanismo de propagação	Exemplo prático a bordo	Medida de contenção associada
Condução	Aquecimento de antepara adjacente à praça de máquinas	Resfriamento externo da antepara
Convecção	Fumaça ascendendo por trunques de escada	Fechamento de dutos e portas corta-fogo
Radiação	Ignição de material a distância do foco	Cortina de água entre o foco e o material exposto
Contato direto	Propagação por resíduos oleosos no convés	Remoção prévia de materiais combustíveis

AÇÕES A BORDO EM CASO DE INCÊNDIO

► Organização e Comando do Combate ao Incêndio

A eficácia da resposta a um incêndio depende diretamente da existência de uma estrutura organizacional previamente estabelecida, com atribuições claras para cada tripulante e canais de comunicação definidos. A improvisação no momento da emergência compromete o tempo de resposta e aumenta o risco de decisões conflitantes entre as equipes envolvidas.